



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	Marcas da Memória: justiça de transição no Brasil e no Chile
<b>Autor</b>	GABRIEL ROBERTO DAUER
<b>Orientador</b>	CLARISSA FRANZOI DRI
<b>Instituição</b>	Universidade Federal de Santa Catarina

Dados o processo de justiça de transição no Brasil, a presente pesquisa visou compreender as origens e o funcionamento do projeto Marcas da Memória, um dos principais projetos de reconstrução da memória do passado ditatorial no Brasil, e verificar se o mesmo foi influenciado por experiências de países da região, em especial o Chile. A pesquisa buscou especificar o papel do projeto Marcas da Memória na sociedade brasileira, descrever seus objetivos e concepção, mapear suas ações culturais e compreender o impacto social de políticas públicas para a reconstrução da memória. O estudo da justiça de transição, ao permear a transição de um regime opressor e orquestrar a consolidação de um democrático, permite avançar na construção cultural de direitos humanos. Ao tornar explícitos, políticos e públicos os acontecimentos, evita que as atrocidades pretéritas ocorram novamente. Funciona, pois, como instrumento de conciliação, compreensão e formação de identidades nacionais. É, portanto, nesse contexto que o projeto Marcas da Memória do governo brasileiro (2008) amplia a justiça de transição, ao fazer com que a sociedade civil participe do aprendizado coletivo. Para verificar se há aproximação de políticas no âmbito da justiça de transição entre o Brasil e o Chile, fez-se uso de duas teorias na área da ciência política: as políticas de transferência e o construtivismo social. As primeiras estudam como políticas, arranjos administrativos, ideias e instituições podem se difundir a lugares diferentes daqueles onde foram concebidas. O segundo versa sobre a construção social da realidade a partir do pensamento e das ideias, visto a interdependência e a ativa ação do homem em suas relações sociais. Metodologicamente a pesquisa baseou-se em fontes primárias e secundárias e entrevistas qualitativas. Em um primeiro estágio, revisou-se a literatura histórica acerca da justiça de transição brasileira e chilena. Num segundo momento, compreendeu-se a dinâmica de reconstrução de memória em ambos os países, embasadas na investigação de meios de comunicação oficiais e midiáticos desses. Por fim, desenvolveu-se um estudo de caso sobre uma das ações culturais do projeto – em específico o festival “Cinema pela Verdade” – para compreender como surgiu a iniciativa, quais foram os responsáveis, qual foi o orçamento e como se desenvolveu. Foram realizadas entrevistas virtuais e presenciais com funcionários do Ministério da Justiça de Brasil e com atores responsáveis pela implementação dos projetos. Os resultados apontam para o ineditismo do projeto Marcas da Memória no cenário político brasileiro e para uma breve inspiração nas medidas chilenas. Isso se refere ao momento de pressão internacional e regional para a formalização de políticas públicas de redemocratização no cenário latino-americano. Uma comunicação mais estreita entre os países da região poderia, contudo, levar ao compartilhamento de experiências eficazes para a consolidação das jovens democracias latino-americanas. A cooperação nesse tema ainda é incipiente na América do Sul, o que se reflete nos diferentes momentos da transição em cada um dos países.